



MOISES MACIEL

# OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

## UMA ANÁLISE ACERCA DA FUNÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E SUA RELAÇÃO COM A PROTEÇÃO DE DADOS

**Prefácio**

*Lauro Ishikawa*

Uma obra cuja temática é atual e interdisciplinar, que agrega conhecimentos de governança pública, direito do controle externo, direito digital e direitos fundamentais. De essencial leitura para acadêmicos e profissionais do direito, das ciências de dados, da contabilidade, da administração pública e economistas ligados à macro governança estatal. O trabalho traz em si um convite à atualização das matrizes de auditoria que pautam a atividade fiscalizatória dos Tribunais de Contas, de modo a estabelecer pontos de controle da governança pública de dados, bem como um convite à observância da LGPD pelos próprios Tribunais de Contas em seus trabalhos de fiscalização e controle. Traz, ainda, uma advertência à Administração Pública quanto ao seu dever de reestruturar-se para designar e manter um oficial de proteção de dados e observar, de forma perene, o processamento justo e legal dos dados, com limitação de propósito e minimização e retenção de dados. Em essência, se revela um contributo à efetividade do papel dos Tribunais de Contas na tutela dos direitos fundamentais afetos à privacidade, à intimidade e à honra, na linha do que já defendemos, de que esses órgãos de controle governamental fazem parte do framework de garantias dos direitos humanos.

### **Rosana Laura de Castro Farias Ramires**

Advogada, Árbitra, Consultora e Palestrante em Direito e Governança Pública. Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional de São Paulo (ESDC) e em Direito e Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é sócia-proprietária da Rosana Ramires Advocacia e Consultoria; Docente de Direito Constitucional da UNIASELVI; Docente nos cursos de especialização em Direito Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Instituto de Capacitação e Pós Graduação (ICAP) e do Instituto Mato-Grossense de Estudos Jurídicos (IMEJ). Membro da Academia Mato-Grossense de Direito Constitucional e do Comitê Brasileiro de Arbitragem. Tem experiência na área de Direito, Governança, Arbitragem, Desenvolvimento Sustentável e Controle Externo.

### **Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

### **Áreas afins**

DIREITO MUNICIPAL, DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO PÚBLICO, INTERNET DAS COISAS,  
DIREITO ELETRÔNICO. DIREITOS HUMANOS.

### **Público-alvo/consumidores**

GESTORES PÚBLICOS, PROFESSORES,  
ADMINISTRADORES E EMPRESÁRIOS QUE  
NECESSITARÃO SE ADEQUAR À NOVA LEI GERAL  
DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001852

M152t Maciel, Moises

Os Tribunais de Contas e a nova Lei de Proteção de Dados Pessoais: uma análise acerca da função dos Tribunais de Contas e sua relação com a proteção de dados / Moises Maciel.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

306p. E-book.

ISBN: 978-65-5518-110-4

1. Direito Administrativo. 2. Direito Municipal. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MACIEL, Moises. *Os Tribunais de Contas e a nova Lei de Proteção de Dados Pessoais: uma análise acerca da função dos Tribunais de Contas e sua relação com a proteção de dados*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. E-book. ISBN 978-65-5518-110-4.

### **Moises Maciel**

Mestre e Doutorando em Direito pela FADISP/SP. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI). Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e em Direito Público pela Faculdade Damásio de Jesus. Conselheiro Substituto e atual Corregedor-Geral do TCE/MT. Superintendente Geral da Escola Superior de Contas do TCE/MT. Conferencista e palestrante em eventos de renome internacional.

## SUMÁRIO

---

PREFÁCIO.....	17
INTRODUÇÃO .....	21
CAPÍTULO 1	
1.1 A governança pública no Brasil .....	25
1.2 Abordagem Histórica da Concepção de Governança no Setor Público.....	25
1.3 Conceitos Fundamentais Básicos.....	30
1.4 A Governança Pública e a Administração Pública.....	36
1.5 A Governança e o controle .....	41
1.6 O Controle Externo na Constituição Federal e o papel dos Tribunais de Contas.....	49
CAPÍTULO 2	
2.1 A evolução tecnológica e a sua repercussão jurídico/social no Brasil.....	69
2.2 Aspectos históricos relevantes da regulação da proteção de dados no Brasil.....	75
2.3 Paradigmas e fundamentos que nortearam a proteção de dados .....	85
2.4 A democratização do saber e a liberdade de informação – o binômio necessidade/proporcionalidade para o acesso à informação .....	86
2.5 Os pilares da segurança da informação.....	89
2.6 A governança de dados e sua importância estratégica frente à LGPD .....	90
2.7 Os custos do vazamento de dados e os mecanismos de mitigação.....	95
CAPÍTULO 3	
3.1 A nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil – a resposta brasileira aos avanços tecnológicos.....	105
3.2 Definições de termos e conceitos básicos da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....	106
3.2.1 Dado Pessoal .....	106
3.2.2 Tratamento .....	111
3.2.3 Agentes de tratamento.....	111
3.2.4 O encarregado .....	112
3.2.5 Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).....	112
3.2.6 Compartilhamento .....	114
3.2.7 Anonimização e pseudonimização .....	115
3.2.8 Interoperabilidade .....	117
3.2.9 Bloqueio e eliminação de dados .....	118
3.2.10 Relatório de impacto à proteção de dados pessoais .....	119
3.3 Os Direitos dos titulares dos dados pessoais.....	119
3.4 Princípios que regem a proteção de dados pessoais de acordo com a nova Lei .....	125
3.4.1 Princípio da finalidade.....	126
3.4.2 Princípio da adequação.....	126
3.4.3 Princípio da necessidade .....	126
3.4.4 Princípio do livre acesso .....	127
3.4.5 Princípio da qualidade dos dados.....	127
3.4.6 Princípio da transparência.....	128
3.4.7 Princípio da segurança.....	128

3.4.8	Princípio da prevenção e princípio por padrão .....	128
3.4.9	Princípio da não discriminação .....	129
3.4.10	Princípio da responsabilização e Prestação de Contas.....	130
3.5	As bases legais para o tratamento de dados .....	131
3.5.1	Fornecimento de consentimento .....	131
3.5.2	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.....	132
3.5.3	Pela Administração Pública .....	132
3.5.4	Para realização de estudos por Órgãos de pesquisa.....	133
3.5.5	Quando necessário para execução de contrato .....	133
3.5.6	Para interesses legítimos do controlador .....	133
3.6	Hipóteses de não incidência da LGPD .....	135
3.6.1	Dados pessoais tratados por pessoas naturais para fins exclusivamente particulares e não econômicos.....	135
3.6.2	Dados pessoais tratados para fins jornalísticos ou artísticos .....	137
3.6.3	Dados pessoais tratados para fins acadêmicos.....	137
3.6.4	Dados pessoais tratados para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais.....	137
3.6.5	Dados pessoais provenientes de fora do território nacional, sem comunicação ou compartilhamento com empresas brasileiras .....	138
3.7	Da responsabilização e do ressarcimento pelos danos causados .....	138
3.8	Do término do tratamento de dados.....	139

#### CAPÍTULO 4

4.1	A proteção aos dados pessoais no Brasil .....	141
4.2	A PEC nº 17/19 e a proteção de dados como Direito Fundamental.....	142
4.3	Os Direitos Fundamentais e a Constituição da República Federativa do Brasil.....	145
4.3.1	O Direito à fraternidade.....	150
4.3.2	O Constitucionalismo Digital.....	155
4.3.3	Os Direitos Fundamentais e os Dados Pessoais .....	159
4.3.4	O Direito à autodeterminação informativa e o consentimento livre, expresso e informado .....	163
4.4	Os mecanismos processuais para a tutela da privacidade e dos dados pessoais como Direitos Fundamentais .....	170
4.5	A proteção dos dados no Estado de Exceção.....	177
4.5.1	O Estado de Exceção previsto na Constituição .....	182
4.5.2	O Estado de Exceção e a histórica crise sanitária internacional decorrente da COVID-19 .....	184
4.5.3	A Proteção dos Dados, o Estado de Exceção e a Medida Provisória nº 959/2020.....	189

#### CAPÍTULO 5

5.1	O impacto da nova Lei geral de proteção de dados pessoais na Administração Pública.....	199
5.2	O tratamento dos dados pelos órgãos da Administração Pública em cumprimento à LGPD.....	201
5.3	A responsabilidade dos agentes públicos no tratamento dos dados pessoais – <i>Accountability</i> .....	212
5.3.1	Estratégias para formular regras de boas práticas e de governança	216
5.4	O <i>enforcement</i> da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira – a LGPD.....	221
5.5	O <i>Big data</i> como instrumento de fiscalização.....	225
5.6	Os impactos da LGPD no exercício do controle externo e o direito fundamental ao bom governo .....	227
5.6.1	O poder/dever de fiscalização e o cumprimento da LGPD.....	229

5.7	A tecnologia do <i>Blockchain</i> , a LGPD e o futuro do tratamento de dados pela Administração Pública .....	231
-----	---	-----

## CAPÍTULO 6

6.1	Caminhos possíveis para a proteção de dados: uma análise comparada de experiências legislativas internacionais .....	245
6.2	A União Europeia e a proteção de dados: o regulamento geral e os países sob sua Égide .....	247
6.3	O <i>Common Law</i> e a proteção da intimidade: os Estados Unidos da América e os Tribunais .....	250
6.4	A Federação Russa: um modelo protecionista para a regulação de dados .....	254
6.5	A China: a proteção de dados em um Estado Tecnológico.....	257
6.6	A evolução da proteção de dados em Israel .....	259
6.7	Os impactos da proteção de dados nos órgãos e instituições superiores de fiscalização .....	264
6.7.1	A autoridade Europeia para a proteção de dados (AEPD).....	266
6.7.2	O Comitê Europeu para a Proteção de Dados.....	272
6.7.3	A proteção de dados e o Tribunal de Contas Europeu.....	272
6.7.4	A privacidade de dados na INTOSAI.....	277

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	285
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	291
------------------	-----